

Decolonizando o Campo dos Direitos Digitais na Europa: um esboço de projeto

O Digital Freedom Fund (DFF) e o European Digital Rights (EDRi) convidam a comentários sobre a proposta do programa de Decolonização do campo dos direitos digitais na Europa.

Este documento é resultado de um processo de dois anos de trabalho coletivo com 30 participantes de justiça racial, social e dos direitos digitais, que visa **abordar as dinâmicas de poder no campo e imaginar uma visão de futuro digital anti-colonial**. Este é o resultado do trabalho coletivo dos participantes no processo.¹

Enquanto tal, esta proposta é um esboço da versão final do programa de decolonização que esperamos apresentar no final de 2023. Não está perfeito e nem completo. Portanto, aberto a alterações e acréscimos. Esta proposta estará sujeita a uma série de consultas com comunidades, indivíduos, coletivos e organizações que não estiveram no processo inicial. Esperamos poder analisar, construir e desenvolver essas ideias, na expectativa de nos aproximarmos de uma agenda decolonial que seja ambiciosa, imaginativa e disruptiva. Nós reconhecemos que — ao definirmos a decolonização como um processo — o projeto final pode ser submetido a avaliação e iteração após um período de implementação.

Esta proposta e o processo coletivo por detrás dela — refletem a posicionalidade dos seus participantes. Vários dos participantes trabalham ou têm o trabalho direcionado para as normas vigentes no âmbito do espaço europeu. O processo saiu — e continua concatenado — do campo dos direitos digitais, significando que ativistas e organizações trabalham para promover e proteger os direitos humanos e a justiça social na era digital. Em outras palavras, uma área que considera o impacto social das tecnologias digitais.

O documento destina-se a qualquer pessoa que tenha interesse em trabalhar em direção às mudanças estruturais no trabalho e organização dos direitos digitais, com o objetivo específico de assegurar que o trabalho serve as comunidades mais afetadas pelos danos digitais. Nós convocamos perspectivas de um variado conjunto de disciplinas, incluindo as reflexões a partir da própria área dos direitos digitais Europeus para entender como eles analisam a sua função no envolvimento e implementação deste processo. Nós estamos ansiosos de saber a vossa opinião e desde já agradecemos.

A proposta é estruturada em 3 secções:

1. Decolonização e o panorama de Mudança de Poder: delinear como nós entendemos a decolonização para o propósito deste processo e quais enquadramentos nós estamos usando para mensurar a mudança de poder.

¹ Este documento é o trabalho coletivo de 30 participantes do campo da Decolonização dos direitos digitais. Esta não é a posição formal do EDRi ou DFF como organizações acolhedoras do processo. Este documento é de autoria de Laurence Meyer e Sarah Chander. Foi revisado e editado pelo grupo de redacção, composto por Ali Khan, Asja Lazarević, Asli Telli, Cianán B. Russell, Luca Stevenson, Nakeema Stefflbauer, e Salmana Ahmed, bem como por Joel Hide, Ioana Barbulescu e Claire Fernandez da DFF e EDRi.

2. **A proposta do programa de decolonização dos direitos digitais:** pormenorizar o enquadramento, atividades e procedimentos que propomos realizar em direção a uma mudança estrutural no campo dos direitos digitais. Esses elementos foram catalogados em quatro direções: (a) imaginar através do coletivo, pesquisa comunitária (b) organizar transacionalmente (c) reparar, redistribuir e auxiliar o movimento e (d) construir a solidariedade através de apoio de pares.

3. **Próximos passos e plano de transição:** Onde nós resumiremos brevemente qual será a direção do processo.

I. Como nós entendemos a decolonização? Um enquadramento de mudança de poder

O processo de utilizarmos o termo decolonização foi intencional para refletirmos acerca das atuais injustiças e opressões que são impulsionadas pela tecnologia, e para compreender que estas mesmas injustiças e opressões têm suas raízes numa história de domínio e colonização perpetuadas por forças estruturais.

O nosso objetivo é iniciar um processo que desafie as estruturas que causam opressões, no intuito de trabalhar em direção a um campo de direitos digitais que funcione de modo justo para todos na sociedade.

O conteúdo deste programa é elaborado através do pensamento feminista Negro e da praxis afrofuturista, do processo de visionamento anti-colonial, do conhecimento produzido no sul global, dos conceitos abolicionistas de desmantelamento e re-imaginação, da ética de organização do trauma informado, das reflexões críticas sobre financiamento e filantropia, e dos debates acerca do capitalismo extrativista. Nós entendemos esta proposta como uma construção de mundo possível:

“A Decolonização não pode ser um processo invisível; é a mudança deste mundo, o fim deste mundo, e a construção de um novo mundo. Decolonização é um processo histórico que destrona os pensamentos e práticas do Euro-Occidente como norma primária para a existência (teodiceia).”

Dr Shay-Akil, [*Decolonize All The Things*](#)

Pretende-se que a proposta seja ambiciosa e radical. Contudo, sabemos que existem outras realidades que vão além da nossa visão e perspectiva – contextos políticos, filantrópicos, estruturas da sociedade civil e, em ampliação, os sistemas estruturais de opressão. Então, como nós saberíamos que a proposta alcançou os objetivos apresentados acima?

De que modo mensuramos a decolonização da mudança de poder? Em que enquadramento nós concebemos este programa, até o momento?

Embora reconheçamos que a mudança de poder possa adotar várias formas, apoiamo-nos em três pilares, que consideramos importantes, para elaborar este programa: cura e reparação; imaginação, transformação e mudança; e, essencialmente, a redistribuição dos recursos.

- **Por cura e reparação** entendemos que todas as propostas de decolonização têm que estar fundamentadas em materiais objetivos e reparações simbólicas em relação às comunidades e terras que historicamente foram roubadas (de) e exploradas pela dinâmica colonial. Reconhecer também que o colonialismo e a colonialidade produzem traumas e mortes precoces, e que todas

as práticas anticoloniais devem, portanto, centrarem-se na cura da ferida colonial para transgredir este quadro de violência.

- **Por imaginação, transformação e mudança** entendemos que a colonização destruiu muitos mundos, como também a possibilidade de lembrá-los e/ou imaginá-los. Entretanto, decolonização significa necessariamente imaginar significações que se traduzam em construir novos mundos, fora do status quo atual, experimentando, falhando e ousando, reajustando delicadamente e/ou abruptamente se for necessário.
- **Por redistribuição dos recursos** entendemos que a colonização produziu acessos desiguais aos recursos vitais e um relacionamento de destruição para com os seres sencientes e inanimados. Decolonização significa, então, criar condições de afirmação de vida e de justo acesso aos recursos por todos, através de uma drástica mudança referente às formas como os recursos são acedidos e quem decide.

Utilizamos o termo “transformativo” frequentemente. Com isso, acreditamos na capacidade de mudar o status quo vigente e criar, amplificar e/ou melhorar os espaços e práticas alternativas, a fim de tornar obsoleta as realidades opressivas.

Empenhamo-nos por encontrar indicadores de mudança de poder que nos guiem em direção a uma mudança radical nas dinâmicas de poder. Alguns dos indicadores iniciais que identificamos foram:

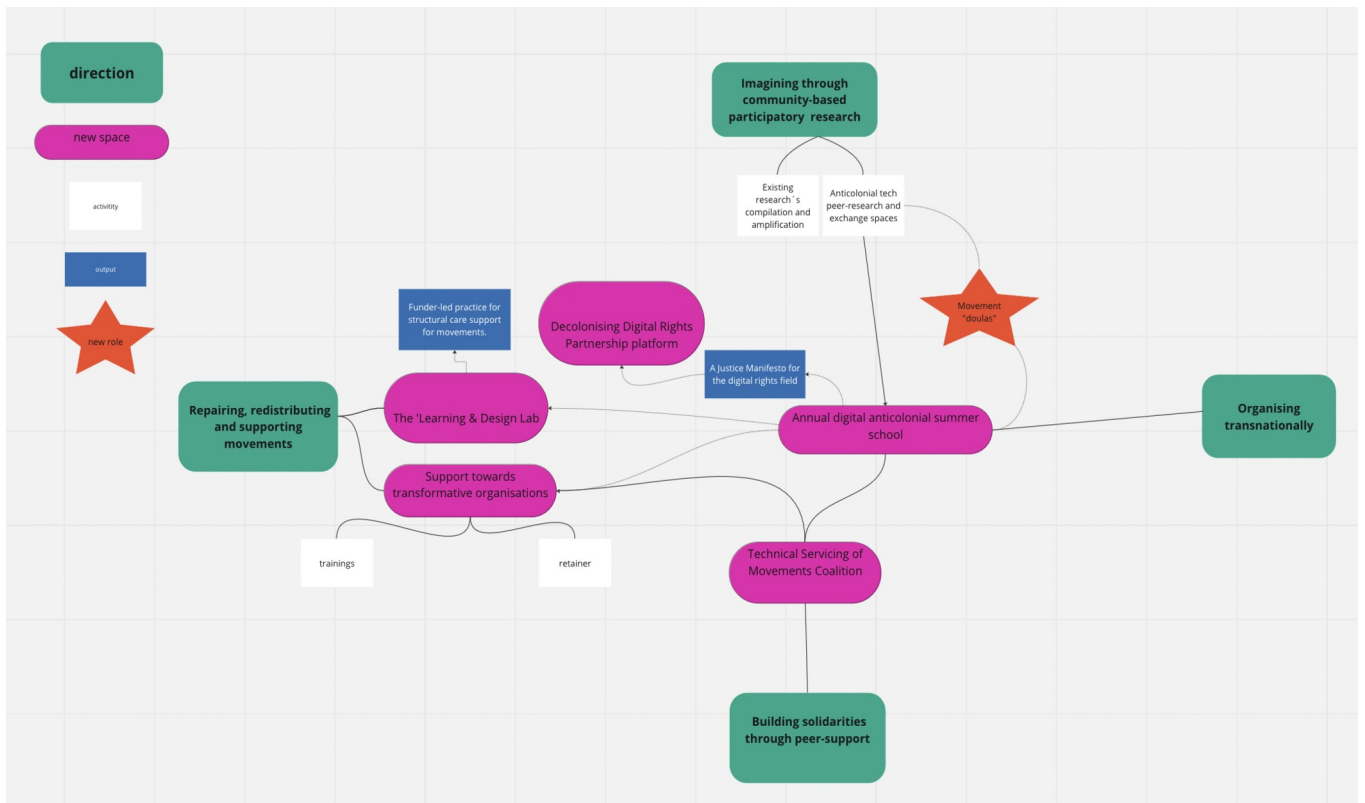
- Alteração nos papéis de tomada de decisão em direção a uma estrutura de poder partilhado (em responsabilidade, estrutura de pagamento, representação, etc.);
- Reconhecimento e compensação do trabalho emocional e assistencial, como também da sobrecargas adicionais de trabalho, para os trabalhadores que fazem parte de comunidades marginalizadas;
- Processo coletivo para a localização de recursos (ter conhecimento de onde é aplicado o financiamento e para quê);
- Existência de programas de responsabilidade para prevenir e reparar as opressões estruturais;
- Existência de procedimentos que garantam que o trabalho é fomentado e centrado na comunidade (aproximação entre experiência de vida e especializações na comunidade);
- Compromisso com práticas que assegurem a construção de um poder que seja separado de instituições opressivas.

Há provavelmente muitos outros indicadores de mudança de poder. À volta disso, um quadro mais completo sobre mudança de poder é um dos elementos que intencionamos tratar neste programa.

II. Criando um novo ecossistema: o Programa Decolonizando o Campo dos Direitos Digitais

O programa tenciona criar ciclos onde todas as partes se alimentam umas das outras para, assim, formar um ecossistema capaz de permitir o surgimento de novas necessidades, questões e respostas. Este formato reconhece que a decolonização é um processo centrado nos valores de aprendizagem de “acerto e erro” como um caminho para criar multiplicidade, como também valorizar a pluriversalidade do pensar, decidir, criar e fazer.

Decolonizando o campo dos Direitos Digitais na Europa, um ecossistema:



O esquema de organização em ecossistema não tem o intenção de ser fechado em si mesmo; ao contrário, aberto para as interações com entidades (escolas, oficinas, grupos de intercâmbio de pares), coligações/coletivos (doulas, uma partilha de competências tecnológicas) e ferramentas/produções comunitárias (manifesto, repositório, etc.). Abaixo, estruturamos esses elementos em conformidade com quatro linhas de orientação, que consideramos importantes aquando a aplicação do esquema-ecossistema:

1. Imaginar através do coletivo: estudo comunitário;
2. Organizar transnacionalmente;
3. Reparação, redistribuição e apoio ao movimento;
4. Formar assistências através de apoio de pares.

Em termos de conteúdo, o programa busca reconhecer a importância dos movimentos e a relevância de construir movimentos que provoquem transformações efetivas, **com espaços para as organizações transnacionais, contendo no seu centro a escola de verão anticolonial digital – EVAD**. Como um caminho para subverter a atual agenda política no campo dos direitos digitais, um manifesto pela justiça digital emergirá a partir da escola de verão, estabelecendo as prioridades para uma justiça digital que apoie os movimentos, e as comunidades mais afetadas pela extração, vigilância e discriminação.

Visionamos mudanças estruturais fundamentadas nos processos a partir de **imaginar através do coletivo e dos estudos comunitários**. Por sua metodologia participativa e centrada na comunidade, a investigação tem por finalidade reforçar a formação de comunidade e assegurar que o trabalho relacional esteja no núcleo de qualquer produção de conhecimento. Isto irá permitir conexões e trabalho a longo prazo com os participantes da EVAD. A investigação participativa e centrada na comunidade irá promover sessões voltadas para as práticas de parcerias, aprendizagem e necessidades, a agenda anual das prioridades do programa, e a coligação de trabalho dos bolsiros.

Tudo isso está mapeado para servir de pilar inicial para a escola de verão anticolonial digital. A investigação aprofundar-se-á em como podem ocorrer mudanças estruturais no campo digital, em termos de apoio aos movimentos anti-opressivos, redistribuição, reparação e cura.

Para garantir que as comunidades e movimentos mais afetados negativamente estejam ativamente apoiados, são sugeridos vários elementos em torno da **reparação, redistribuição e do movimento de apoio**. A oficina de aprendizagem e planejamento é pensada como um primeiro passo à mudança estrutural na localização de recursos no campo digital. Isto possibilitará um espaço permanente de aprendizagem e responsabilizará o sistema filantrópico que preste serviços aos movimentos que buscam por mudanças radicais. São sugeridas várias formas de suporte para melhorar os meios dos movimentos que resistem à opressão no espaço digital, como também a criação de novos rumos. O movimento doulas (também formando a EVAD) trabalhará para mapear e ajudar os novos movimentos a se conectarem com as questões digitais, como também com novas conexões em potência e caminhos para emergir.

Finalmente, incluímos elementos orientados para a formação de solidariedade através do apoio de pares, sobretudo usando os recursos e competências já existentes em muitos movimentos. Nós apresentamos maneiras com as quais se pode forjar o ativismo sobre questões digitais através de princípios de solidariedade e apoio mútuo; incluindo também, os indivíduos que com suas competências e recursos em tecnologias transformadoras possam servir melhor os movimentos anti-opressão. Essas conexões também serão fomentadas na EVAD e por via de plataformas parceiras.

I. Imaginar através do coletivo: investigação centrada na comunidade

Serão necessárias pesquisas para investigar como os danos tecnológicos são incorporados pela colonialidade e como eles se manifestam, bem como explorar modos para resistir e re-imaginar o mundo que ambicionamos.

Quando falamos de pesquisa, falamos de processos participativos de produção do conhecimento que são estabelecidos e liderados pela comunidade, ao invés de produtos estáticos e lineares. Vemos a pesquisa para este projeto acontecendo em duas etapas:

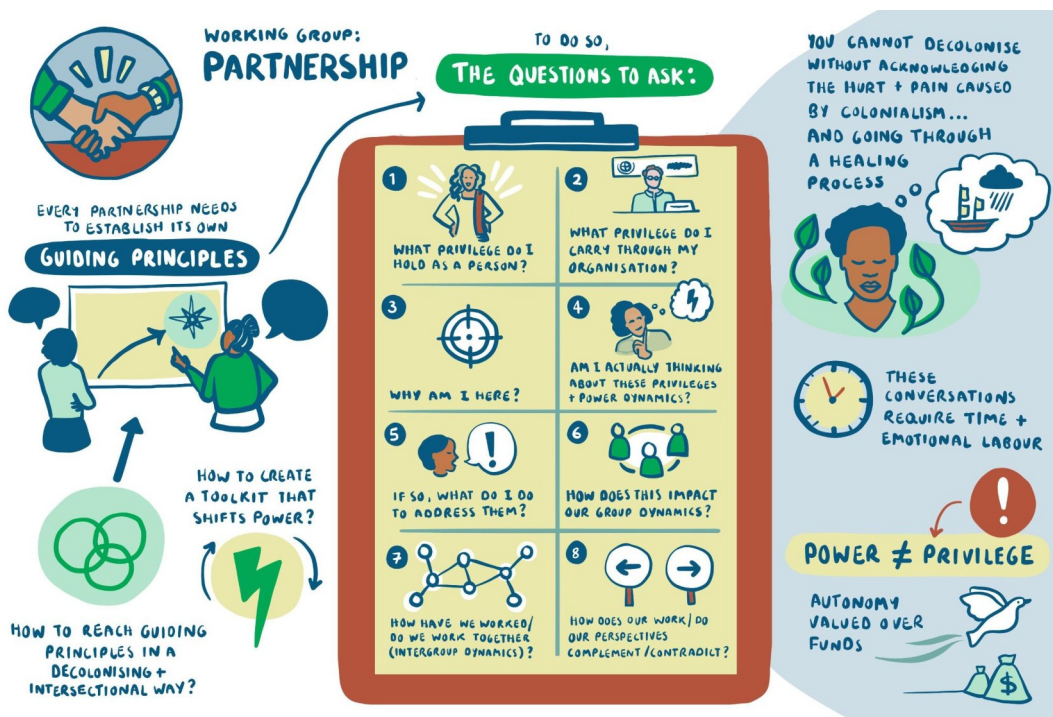
1. **Compilação e amplificação das pesquisas existentes**, por meio de diferentes formas de publicação, por exemplo: repositórios online, produção de antologia, produção de conteúdos em vídeo e áudio. Assim, possibilitando a acessibilidade dos conteúdos. Significará em alguns casos a expansão do meio.
2. **Processo de desenvolvimento de novas pesquisas e produção de conhecimento** para preencher as lacunas.



1. Identificamos as primeiras áreas do projeto de pesquisa por onde a **compilação e a amplificação das pesquisas existentes** poderiam começar:
 - **Mapeamento do apoio de saúde mental transformativo disponível na Europa.** As dinâmicas coloniais são, principalmente, uma crise de saúde que impactam a nossa saúde física e mental. Especialmente, às pessoas que fazem parte de comunidades marginalizadas — o local de trabalho é frequentemente um espaço com impacto negativo e que compromete a sua saúde mental. Isso também afeta a possibilidade de permanência numa posição, mormente quando esta posição implica que o indivíduo seja um expert em tópicos como raça, gênero, queer, pobreza, situações migratórias e equidade para as pessoas com deficiências (PCD). A pesquisa apontará a um mapa de recursos disponíveis na Europa que as organizações podem utilizar para apoiar os seus empregados de maneira informada sobre o trauma.
 - **Investigação sobre as raízes coloniais** no financiamento dos direitos digitais na Europa. A pesquisa estaria voltada, especialmente, às raízes coloniais e extrativistas dos financiadores que operam no campo dos direitos digitais na Europa. Com o objetivo de apresentar a posteriori uma série de recomendações de como tais financiadores poderiam providenciar reparações.
 - **Repositório de movimentos anticoloniais, abolicionistas e/ou transformadores na área da tecnologia.** Muitos movimentos, organizações e investigadores já estão sistematizando e criando práticas e pesquisas voltadas para as tecnologias digitais com enquadramento anticolonial, abolicionista e/ou transformador. O objetivo do repositório é ampliar o seu acesso e apoiar a sua catalogação.

Quadro dos indicadores para a decolonização. Um panorama de mudança de poder a ser desenvolvido por ativistas, comunidades e coletivos nas temáticas de justiça racial, econômico, social e digital. Este panorama serviria como uma ferramenta de auto-avaliação por parte dos financiadores, sociedade civil e outros, aquando da implementação de atividades neste programa, ou outras novas iniciativas, projetos e parcerias que busquem abordar e desmantelar desequilíbrios estruturais de poder.

- Quadro de parcerias transformadoras e mapeamento de parcerias transformadoras bem-sucedidas.** Como construir coligações significativas em direção à justiça social, racial e digital? Esta será uma pesquisa dirigida e avaliada pela comunidade sobre como as parcerias são construídas de acordo com princípios de solidariedade efetiva, bem como pela ótica de compreensão anticolonial e feminista sobre as formas multidimensionais de opressão. Baseando-se nas práticas de parcerias bem-sucedidas, a pesquisa produzirá comunitariamente diretrizes que servirão como ferramenta de suporte para os agentes que estejam procurando construir parcerias com outros movimentos, principalmente em circunstâncias onde haja desigualdade de poder (por exemplo: em termos de acesso aos recursos) entre organizações envolvidas.



2. O programa também prevê novos espaços dedicados ao conhecimento comunitário **através de pesquisas e intercâmbio entre pares sobre tecnologias anticolonais e produção de espaços.** Esses espaços permitirão que o conhecimento comunitário produzido se desenvolva à volta de temas-chave, como as questões sobre justiça digital com as comunidades que sofreram esses impactos à frente da pesquisa, como elas responderam, bem como a produção de conteúdo. Os participantes serão compensados pelo seu tempo. Esses espaços não serão locais restritos a uma atividade-workshop, mas espaços para fomentar múltiplos encontros que potenciem contínuas reflexões e partilhas a um ritmo que permita a participação de diferentes grupos. Poderia incluir, por exemplo, espaços de feministas Negras e feministas Ciganas, entre muitos outros grupos, onde as questões económicas, sociais e de meio opressivo, seriam exploradas em relação às tecnologias. O resultado final pode ser feito em diferentes meios tais como gravações de áudio, fanzines, vídeos, textos curtos, ou eventualmente em nada. Aqueles espaços de investigação entre pares, envolveriam saúde mental, conexão e práticas artísticas para os participantes.

II. Organizar transnacionalmente

1. Uma Escola de Verão Anticolonial Digital. Este encontro anual centrar-se-á em construções sustentáveis, em fortes ligações e na formação de comunidade entre aqueles que contestam os danos digitais. Seria um encontro anual desenvolvido coletivamente pelas organizações de justiça racial, social e económica, onde estas fixariam a agenda para os direitos digitais relativamente à análise de como as suas comunidades são afetadas e, especialmente, como resistem à opressão digital.

O encontro perguntaria e procuraria responder questões relativas a: de que modo pode o direito digital trabalhar para a justiça social, racial e económica? Quais são as questões, dificuldades e visões-chave que um movimento pelos direitos digitais, centrado em comunidades marginalizadas, teriam que priorizar? Isso não permitiria apenas focar em como o trabalho pelo direito digital pode centrar suas raízes nas necessidades de lutar por justiça racial e social da comunidade, mas, também, em compartilhar conhecimento sobre estruturas organizacionais anti-opressivas, financiadores feministas e parcerias transformativas. O encontro seria especialmente elaborado para assegurar que os membros das comunidades marginalizadas e afetadas pelos danos digitais, estariam no comando e em posição de garantir a resistência contra isso. O evento facilitaria a organização de workshops centrados em organizações transformativas, parcerias e práticas de financiamento, e a discussão de prioridades e estratégias a serem discutidas no âmbito do direito digital.

2. Um Manifesto pela Justiça no âmbito do direito digital. Os participantes da Escola de Verão Anticolonial Digital (ver ponto anterior) desenvolveriam e publicariam um manifesto sobre as questões digitais para enfatizar a perspectiva positiva do mesmo para a justiça digital. O manifesto seria útil para engajar financiadores, dirigentes políticos e sociedade civil no âmbito do direito digital, trazendo destaque para as questões e soluções identificadas pelos participantes da Escola de Verão.

3. Plataforma de Parceria para a Decolonização dos Direitos Digitais. Esta plataforma recolheria e facilitaria a colaboração para a participação em futuros eventos e a redistribuição de recursos no campo do direito digital. Informaria aos coletivos e indivíduos, especialmente aqueles que não fazem parte do tradicional campo do direito digital, de que modo podem obter apoio ou colaboração do atual campo; revelar recursos, experiência e assistência, bem como comunicar acerca das atividades implementadas que foram estabelecidas pelo programa de decolonização. Isso permitirá ao candidato fazer parte das iniciativas que detalharemos no programa, e outras atividades externas.



III. Reparação, redistribuição e apoios aos movimentos

1. **Prática liderada pelos financiadores de apoio estrutural aos movimentos.** Os financiadores participantes do Laboratório de Aprendizagem e Planejamento desenvolveriam e publicariam um conjunto de orientações comunitárias de como eles irão comprometer-se a apoiar o bem-estar, o acesso igualitário e o suporte às comunidades marginalizadas e pessoas com necessidades específicas, fruto de desigualdades estruturais. Incluiria, também, a disponibilização de fundos e procedimentos específicos para auxiliar infra-estruturas de acessibilidade, financiamento à assistências, acesso a locais de oração, creches, assistência médica, incluindo assistência à saúde mental, apoio ao acesso aos serviços específicos de género, acesso aos cuidados de trauma informado, subsídios para os ativistas, etc.



2. O Laboratório de ‘Aprendizagem e Planejamento’ (LAP). Teria como foco criar espaços para financiadores, bolseiros e especialistas de comunidades de maiores dimensões a trabalharem juntos para aprenderem, planejarem e liderarem novas formas de abordagem da distribuição de riqueza; e outros métodos de poder para financiar de maneira sustentável as prioridades e atividades centradas nas comunidades impactadas pelas decisões de financiamento.

Os objetivos do LAP seriam aprimorar o papel e o compromisso nas relações de financiamento e re-imaginar processos de financiamento que desmantelassem as hierarquias que dominam essas relações. Detalhadamente, intencionamos que o LAP desenvolva métodos para re-imaginar:

- Processos de candidatura (pré-financiamento), incluindo infraestruturas de apoio para submissões de candidaturas (exemplo, apoio de tradução e outros tipo de suportes, etc.)
- As organizações que compõem os institutos de financiamento sejam mais participativas, relacionais e estejam envolvidas no processo de reparação de poder nas comunidades.
- Avaliações de aprendizagem e impacto (antes, durante e após o financiamento) que sejam mutuamente benéficas e que possam ser integradas nas futuras decisões para todos os fins(para financiados, organizações e movimentos).
- Formas de apoio não monetário (durante o financiamento e após a conclusão) exemplo, networking, habilidades, desenvolvimento de capacidades, tecnologias e ferramentas.

3. O movimento de doulas², facilitando a conexão entre a justiça social e os direitos digitais. O nosso plano de trabalho destacou que muitas das conexões entre o direito digital e a justiça social aconteceram quando indivíduos e organizações estratégicas, com experiências em justiça social, trabalharam em conjunto para realizar ligações com grupos digitais. O movimento doula desempenharia um importante papel no estabelecimento de pontes entre organizações de base comunitária e organizações de direitos digitais, no desenvolvimento de novas redes/canais para o intercâmbio temático, com o foco nas questões de justiça social ao invés da tecnologia em si mesma. As doulas teriam posições financiadas, onde pessoas e organizações com experiências específicas em locais de justiça social trabalhariam para forjar alianças entre os movimento de direito digital e de justiça social, e, em particular, apoiar as organizações de justiça social para desenvolver o seu trabalho nas questões digitais e como elas afetam suas comunidades.

4. Apoio às organizações transformativas. Apenas as organizações alicerçadas nas epistemologias e práticas emancipatórias e transformadoras, como as antirracistas e transfeministas, são capazes de criar mudanças estruturais duradouras nos espaços de trabalho. Todas as organizações são diferentes, com uma variedade de tamanho, orçamento, estrutura, políticas, tipos de doadores, metas, entre outras. Tendo isso em conta, o processo de decolonização tem que ser individual para cada organização ou coletivo. Isso exigirá estratégias de treinamento e apoio de pares. Por exemplo, o programa propõe um processo de facilitação e desenvolvimento organizacional, liderado por um facilitador externo. Primeiramente, esse suporte estará centrado nas necessidades das organizações de justiça racial, social e económica que trabalhem com as questões dos direitos digitais, mas seria benéfica para todas as organizações que estão comprometidas com uma mudança transformativa. O processo incluirá conferências sobre:

1. Governo e lideranças
2. Políticas de RH e manual do colaborador; incluindo políticas de pagamento, licença e assistência
3. Infraestruturas de responsabilidade dentro das organizações
4. Partilha de poder, tomadas de decisão e construção de consenso
5. Saúde mental e bem-estar

IV. Construir assistência através do apoio entre pares

² A palavra "doula" vem do grego antigo, que significa "uma mulher que serve" ou "cuidadora". A palavra e a prática desenvolveram-se desde então, e agora é usada para se referir a trabalhadoras não-clínicas que são treinadas para fornecer apoio físico, emocional e informativo às pessoas grávidas no período de pré-natal, parto, e pós-parto. As Doulas são normalmente colocadas em contexto de práticas comunitárias de cuidados de saúde e apoio. O grupo de trabalho programático utilizou o termo doulas para se referirem a indivíduos ou grupos que prestem assistência ao movimento, para crescer e desenvolver, particularmente em intersecções de justiça digital e social.

1. **Serviços técnicos dos movimentos de coligação.** Construir nos espaços de direito digital uma coligação de indivíduos com habilidades técnicas e digitais para organizar, apoiar e treinar os movimentos populares de justiça social. Incluiria assistência a projetos de longa e curta duração, oferecidos em solidariedade com outros movimentos de justiça. A partilha dessas competências poderiam ser publicadas na plataforma online (ver seção II) e o apoio oferecido poderia ser direcionado para a construção e manutenção dessa plataforma.

V. Os próximos passos e transição

Reconhecemos que faltam muitas coisas neste projeto, esperamos sanar essas ausências coletivamente com uma larga comunidade durante as conversas de consulta. Perspectivamos a construção do programa de decolonização como interativa e colaborativa, portanto revisaremos e incorporaremos feedback ao longo do processo, engajando e trabalhando com responsabilidade com os participantes nucleares do processo e com os novos colaboradores que envolvamos ao longo do caminho.

Para além das consultas, trabalharemos para um plano de transição de longa duração para certificar que o projeto será coletivamente implementado e gerido. As nossas esperanças são que os frutos desse planejamento coletivo possam continuar envolvendo mais comunidades e organizações, especialmente aquelas mais afetadas pela descriminalização, vigilância e extração digital.

Embora reconheçam que EDRi e DFF querem estar envolvidos na implementação do programa, essas organizações partem de diferentes gêneses e considerando os seus poderes e posições no campo, podem não ser os melhores organismos para liderar esse processo a longo prazo. Sabemos que as organizações que têm o trabalho organizacional voltado para a longa tradição de conhecimentos e práticas anticolonial, antirracistas, queer, transfeministas, anticapitalistas, são aquelas com melhor capacidade de ir mais longe.

Referências e compromissos

Nas consultas, nós comprometemo-nos em honrar o tempo e o conhecimento compartilhados conosco pelos colaboradores. Como também oferecer compensação para aqueles que vierem a conversar conosco, declaramos que seremos transparentes nas citações daqueles que contribuíram para o desenvolvimento contínuo do programa.

De modo semelhante, pedimos para aqueles que estão lendo este esboço que tenham conhecimento que as ideias contidas neste projeto são o produto do trabalho coletivo de dois anos por parte dos participantes do projeto. Como tal, pedimos para serem referenciadas de acordo, quando o material for usado.

Influências e inspirações

Nossas influências e inspirações para este esboço de programa são diversas. Abaixo, detalhamos algumas indispensáveis referências que estiveram conosco ao longo do processo.

J. Khadijah Abdurahmanm “A body of work that cannot be ignored” (2021) Logic Magazine, Beacons Issue.

Shay Akil McLean, “Decolonization: What Ought To Be”, Decolonise All The Things

Kaswar Ali “the logics of digitisation: race, cyberspace and digital settler colonialism” (2021) Journal of Global Indigeneity

Pollicy, “Automated Imperialism, expansionist dreams (digital extractivism)”

Myriam Aouragh, Seda Gürses, Helen Pritchard, Femke Snelting “The extractive infrastructures of contact tracing apps” (2020) Journal of Environmental Media

Irmgard Emmelhainz, “Decolonization as the horizon of political action”, e-flux

AI Decolonial Manyfesto: <https://manyfesto.ai/>

Seeta Pena Ganghadharan and Jędrzej Niklas, “Decentering technology in discourse on discrimination” (2019) Information, Communication & Society

bell hooks “ Teaching to transgress”

Eric Ritskes, “What is decolonization and why does it matter?”, Intercontinental Cry (2012)

Community Defense: Sarah T. Hamid on Abolishing Carceral Technologies – Logic Magazine

Tuck, Eve, and K. Wayne Yang. “Decolonization Is Not a Metaphor”. Decolonization: Indigeneity, Education & Society 1, no. 1 (8 September 2012).

Whose Knowledge et al., “Our Stories, Our Knowledges: The full series” (2018)

INCITE! Women of Color Against Violence, “The Revolution Will Not be Funded” (2017)

Black feminist fund, “Funding Black feminist movements”

Astrae, “Technologies for liberation, towards abolitionist futures”

Hope Chigudu, Rudo Chigudu “ Strategies for Building an organization with a soul”

Em particular, muito do nosso processo foi desenvolvido pelos líderes das nossas sessões de aprendizagem em pares:

[Trauma-informed Organising](#), conduzida por Lorraine Maher and Uwayo Dushime

[Abolitionist Technology and Visions from the Global south](#), conduzida por Chenai Chair, Imani Mason Jordan, e Thenmozhi Soundararajan

Decolonial Practices and Decolonial Leadership, conduzida por Anasuya Sengupta e Coumba Touré